



HISTÓRIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (1954-1968)

HISTORY OF MATHEMATICS TEACHING IN COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (1954-1968)

*Renata Alves Costa*¹

*Maria Laura Magalhães Gomes*²

Resumo

Este trabalho apresenta ações realizadas e previstas de um projeto de pesquisa de doutorado iniciado em 2017. A investigação objetiva construir uma história do ensino de Matemática do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 1954 a 1968. Nossa proposta será elaborada a partir de narrativas de ex-alunos, funcionários e professores sobre suas práticas e suas percepções sobre o ensino de Matemática nesse colégio. Espera-se investigar as práticas adotadas pelos professores, suas metodologias de trabalho, os recursos empregados e os materiais didáticos utilizados. Pretende-se, ainda, destacar a formação acadêmica e profissional dos professores do Colégio de Aplicação e compreender possíveis reflexos dessa formação em sua atuação pedagógica. Acredita-se que conhecer o discurso de ex-alunos, funcionários e professores que atuaram na escola contribuirá para resgatar as lembranças, as memórias e as intenções desses sujeitos quanto à sua atuação no CA, possibilitando, dessa forma, a elaboração da história do ensino de Matemática dessa escola no referido período. Para tal empreendimento, propomos a utilização da História Oral como referencial teórico-metodológico, tomando como referência trabalhos do Grupo História Oral e Educação Matemática-GHOEM. As narrativas, que serão obtidas por meio de entrevistas, constituem-se o núcleo de investigação desta pesquisa. Buscando conhecer o contexto de desenvolvimento desse colégio, bem como da Matemática como disciplina escolar, usaremos ainda como fontes materiais didáticos, livros, registros de professores e de alunos, diários de classe e outros documentos.

¹ Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET - MG). Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG. renata.mat@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). mlauragomes@gmail.com

Palavras-chave: “História da Educação Matemática”, “História Oral”, “Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais”.

Contextualização da investigação

Nossa pesquisa se volta para construir uma história do ensino de Matemática do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 1954 a 1968.

Para contextualizar a investigação, apresentamos a seguir, uma síntese dos eventos que antecederam proximamente a criação dos colégios de aplicação nas Faculdades de Filosofia, que eram as instâncias responsáveis pelos cursos de formação de professores para o ensino secundário no Brasil desde os anos 1930.

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930, o Brasil passou por uma crise econômica que levou a modificações em sua estrutura social. Sua economia, que até então era quase prioritariamente agrária, cada vez mais se industrializava, o que veio a modificar a sociedade, que se tornou mais urbanizada. Com esse novo modelo econômico, o Estado passou a oferecer à população maiores oportunidades para a instrução considerada necessária a um país que se transformava para ser mais urbano e industrializado.

Nos anos 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, atendendo às antigas reivindicações dos educadores. Foi nomeado Francisco Campos como ministro da Educação, considerando-se, entre outros fatores, que ele sempre esteve ligado ao movimento de modernização do ensino (Brasil, 1993). Francisco Campos foi responsável pela reforma pautada nas Leis 19.890, de 18 de abril de 1931, e 21.241, de 4 de abril de 1932, reforma que ficou conhecida pelo seu nome e que teve como diferencial a criação de um Sistema Nacional de Educação, conseguindo organizar, ao mesmo tempo, o ensino secundário, o comercial e o superior.

Com essa reforma³, o ensino secundário passou a se estruturar em sete anos, distribuídos em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, curso comum a todos os estudantes secundaristas e que conferia uma formação geral; e o complementar, de dois anos, propedêutico para o curso superior e que apresentava três opções - “para os candidatos à matrícula no curso jurídico”, “para os candidatos nos cursos de medicina, farmácia e odontologia” e “para os candidatos nos cursos de engenharia ou de arquitetura” (*Decreto nº 19.890, 1931*). Assim, o intuito da Reforma Francisco Campos foi reorganizar o ensino secundário para adequá-lo à obra da modernização nacional, claramente expressa na exposição de motivos que acompanhou o decreto da reforma:

[...] a finalidade do ensino secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade

³ No âmbito da Educação Matemática, existem trabalhos que discutem a educação matemática escolar nesse período (Miorim, 1998; Valente, 2003, 2004).

humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas (*Decreto nº 19.890, 1931*).

Contudo, a organização do ensino secundário proposta por Francisco Campos, na prática, contrariava seu discurso, pois esse nível da educação continuava a ter o caráter de preparatório para o curso superior (Souza, 2016).

Apesar de elitista e de natureza conservadora, segundo Romanelli (1999. p. 135), a Reforma Francisco Campos concebeu uma conjuntura diferente da que existia no que tange ao ensino secundário. Podemos destacar o currículo seriado, as disciplinas obrigatórias a serem oferecidas em cada série do curso, o número de alunos por turma, a carga horária diária e semanal das aulas, o tipo e as formas de avaliação dos alunos, a frequência obrigatória, a criação da inspeção federal que nivelava todos os estabelecimentos de ensino secundários ao Colégio Pedro II, as normas para o corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Essa estrutura mais complexa do ensino secundário alinhou o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos que, no momento, também utilizavam essa divisão do ensino em ciclos (Dallabrida, 2009). Em 1942, a organização criada pela Reforma Francisco Campos foi reestruturada por Gustavo Capanema na Lei Orgânica do Ensino Secundário, que estabeleceu o ciclo ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, correspondendo aos ensinamentos clássico e científico. Criou-se o ramo secundário técnico-profissional, subdividido em industrial, comercial e agrícola, e o curso normal, para formar professores para a escola primária.

Nesse contexto, as reformas curriculares demandavam uma boa formação do professor e para essa formação a Reforma Francisco Campos já indicava uma instituição específica, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que foi substituída, mediante o decreto lei 452/37, pela Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras e pela Faculdade Nacional de Educação.

Em 1939, Gustavo Capanema detalhou a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras por meio do decreto 1190 de 1939, e nomeou-a Faculdade Nacional de Filosofia. Essa instituição passou a servir como um “padrão nacional”, com as seguintes finalidades:

- a) trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino.

Assim, constata-se a importância atribuída às Faculdades de Filosofia para a formação de professores secundários, uma vez que se aproximavam dos Institutos de Educação e das Escolas Normais. Isso se deu em função da relevância conferida à prática docente dos seus licenciandos, o que justificou a criação dos ginásios de aplicação anexos às Faculdades de Filosofia. A criação desses ginásios se deu a partir do Decreto Lei nº 9053 de 1946, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra. O texto do decreto, em seu primeiro artigo, estabeleceu a obrigatoriedade de as Faculdades de Filosofia da esfera federal manterem um ginásio de aplicação,

destinado à prática docente dos alunos matriculados em cursos de Didática⁴.

Em geral, esses estabelecimentos deveriam seguir o Decreto – Lei 4244 de 1942, ou seja, a Lei Orgânica do Ensino Secundário. De acordo com o Decreto, os Ginásios de Aplicação teriam como dirigentes o professor da Cátedra de Didática, a orientação pedagógica ficaria a cargo dos assistentes de Didática e a direção geral a cargo do diretor da Faculdade de Filosofia.

Inicialmente, as Faculdades de Filosofia teriam um ano para se adequar à nova Lei. Contudo, esse período foi ampliado para três anos de acordo com a Lei 186 de 1947. Essa mudança significou que as Faculdades de Filosofia teriam até 1949 para fazer cumprir a nova legislação.

O Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFMG e o objetivo da pesquisa

Se o prazo para a implantação dos colégios de aplicação vencia em 1949, por que o Colégio de Aplicação da então Universidade de Minas Gerais foi criado somente em 1954?

Para responder a essa pergunta, buscamos entender o contexto da própria Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, desde sua fundação. Fundamentamo-nos, principalmente, no trabalho de Collares (1989). A faculdade foi instituída no dia 21 de abril de 1939 e obteve autorização para funcionamento em novembro de 1940, iniciando suas atividades acadêmicas em março de 1941. A prática docente dos estudantes matriculados no curso de Didática era realizada nos cursos Ginásial e Normal do Instituto de Educação. A Faculdade de Filosofia só foi reconhecida oficialmente em 1946 e em 1948 incorporou-se à Universidade, federalizando-se em 1949. O Decreto 9053 de 1946 obrigava as Faculdades de Filosofia de âmbito federal a criar um Ginásio de Aplicação. Porém, como, naquele momento a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais era uma instituição privada, não estava incluída nessa obrigatoriedade (Collares, 1989).

Somente em 1951 o professor Tabajara Pedroso, da referida Faculdade, apresentou um projeto de instalação, nela, de um ginásio de aplicação, de acordo com o Decreto 9053 de 1946. Esse projeto previa a instalação de um Ginásio de Aplicação para o ano seguinte e sua transformação em Colégio de Aplicação quando a primeira turma concluísse a 4ª série do primeiro ciclo secundário. Essa proposta foi encaminhada à congregação da Faculdade em outubro do mesmo ano. No ano seguinte, o diretor da Faculdade de Filosofia instituiu uma comissão

⁴ Os cursos de licenciatura como conhecemos hoje, que cuidam da formação de professores para atuarem no ensino básico, “[...] tiveram origem e se estabeleceram em meados do século XX. Esses cursos tinham duas características básicas: estavam todos na Faculdade de Filosofia e eram formação complementar à do bacharelado (Souza, 2016, p.199)”, ou seja, os estudantes cursavam 3 anos de bacharelado e mais um ano de formação pedagógica no Curso de Didática. De acordo com o decreto lei nº 1190, de 4 de abril de 1939, em seu artigo 20: “O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas: 1. Didática geral. 2. Didática especial. 3. Psicologia educacional. 4. Administração escolar. 5. Fundamentos biológicos da educação. 6. Fundamentos sociológicos da educação.”

administrativa para cuidar da instalação do Ginásio de Aplicação.

Em janeiro de 1954, o então diretor, o professor Antônio Camilo de Faria Alvim, encaminhou ao reitor da Universidade o processo com o projeto de fundação do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e, nessa correspondência, definiu novas diretrizes dessa escola para a Faculdade e para a Universidade. Aos 23 dias de março de 1954⁵, criou-se o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, que foi inaugurado oficialmente aos 21 dias do mês de abril do mesmo ano.

A direção do Ginásio de Aplicação ficou a cargo da professora Filocelina da Costa Matos Almeida, catedrática de Didática Geral e Especial, de acordo com o artigo 5º do Decreto 9053 de 1946. As aulas do Ginásio de Aplicação foram atribuídas a ex-alunos da Faculdade de Filosofia, contrariando o artigo 6º do Decreto 9053 de 1946, que entregava aos alunos do curso de Didática os encargos das diversas cadeiras do curso ginasial.

No primeiro período de sua existência, o Colégio funcionou nas instalações da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, na rua Carangola, número 288, bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1972, já transformado em Centro Pedagógico, transferiu-se para o campus Pampulha em uma sede própria.

Em 1957, a primeira turma da escola finalizou a 4ª série e, no ano seguinte, o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais foi convertido em Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Inicialmente, havia duas turmas de 1ª série dos cursos colegial Clássico e Científico.

Com a aposentadoria, em 1957, da professora Filocelina da Costa Matos Almeida da Cátedra de Didática, a direção do colégio passou para a professora assistente da mesma cátedra, a professora Alaíde Lisboa de Oliveira, que permaneceu no cargo até 1969.

A seleção de professores para atuar no CA, a partir de 1957, deveria ser do mesmo tipo da realizada para admissão de auxiliares de ensino da Faculdade de Filosofia. Collares (1989) ressalta a mudança na admissão de professores com a criação do CA, em relação ao momento anterior, quando os professores eram contratados por indicação de docentes da Faculdade de Filosofia. Isso evidenciava uma maior preocupação com o 2º ciclo secundário, pois esse prepararia diretamente os candidatos à Universidade.

A transformação de Ginásio de Aplicação em Colégio de Aplicação marca uma nova fase para o Colégio de Aplicação, ampliando seus objetivos e garantindo “sua maior abertura para a comunidade externa (os resultados de seus alunos nos vestibulares contribuíram para a sua divulgação) e a aquisição de uma vida própria que lhe deram maior autonomia em relação à Fac. de Filosofia” (Collares, 1989, p. 119).

Em 1958, em função da ampliação das matrículas, o Colégio de Aplicação passou a funcionar em dois turnos, com os cursos ginasial e colegial. Ampliou-se,

⁵ Ata de instalação do Ginásio de Aplicação, 27/12/1961. Arquivo do CA.

também, o corpo docente e criou-se o cargo de vice-diretor, que ficou sob a responsabilidade do professor Dirceu Braz Fonseca. Para uma assessoria pedagógica aos cursos ginásial e colegial, a diretora Alaíde Lisboa contou com os serviços das professoras Marlene Fica e Magda Becker Soares.

Em 1960, o Colégio de Aplicação completou seu curso secundário. O curso ginásial e o colegial estavam estabelecidos e mantinham mais de uma turma por série. Em depoimento a Collares (1989, p. 142), a professora Magda Soares relatou que o colégio era muito procurado e isso permitia que os exames fossem mais rigorosos, selecionando, assim, os melhores alunos. De acordo com ela, isso possibilitava um trabalho mais rico. De acordo com Collares (1989, p. 143), “um processo seletivo dessa natureza levou o Colégio a constituir uma clientela de elite, filhos de profissionais liberais, professores de universidades e outras categorias de classe média e média alta.”

Como campo de observação e treinamento de licenciandos dos mais diversos cursos da Faculdade de Filosofia, o Colégio de Aplicação tinha uma missão renovadora, de acordo com o depoimento da professora Alaíde Lisboa a Collares (1989, p.143). Para ela, o colégio tinha que experimentar e aplicar os métodos mais modernos da pedagogia. “A missão renovadora do colégio far-se-ia pela divulgação de um ensino renovado através da formação dos professores secundários (Collares, 1989, p. 144).”

É importante lembrar um aspecto estabelecido pela lei 4024/61(LDB), no artigo 46, parágrafo 2º:

A terceira série do ciclo colegial será organizada com o currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores, e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrados em colégios universitários.

A partir da LDB 4024/61, começou uma discussão no âmbito da Faculdade de Filosofia para integrar o seu Curso Vestibular ao Colégio de Aplicação. “A partir de 1962, as substituições de professores no Colégio de Aplicação passaram a ser feitas pelos professores do Curso Vestibular” (Collares, 1989, p. 152). Em 1963, o Curso Vestibular começou a integrar as terceiras séries do segundo ciclo secundário. As turmas foram agrupadas de acordo com o interesse dos estudantes pelo curso superior a que aspiravam. O currículo científico se direcionava às áreas de ciências biológicas e ciências exatas e o currículo clássico para letras e ciências sociais.

A partir de 1964, o colégio viveu grandes tensões geradas pela política autoritária e repressiva do governo. Foram fechados o grêmio estudantil e o Cine-clube e, para agravar mais a situação, em 1965 grande parte dos professores saíram da escola para participar do recém-criado Colégio Universitário⁶. No mesmo

⁶ O Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (COLUNI) foi criado de acordo com o parágrafo 3º do artigo 79 da lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, que dizia: “A universidade pode instituir colégios universitários destinados a ministrar o ensino da 3ª (terceira) série do ciclo colegial. Do mesmo modo pode instituir colégios técnicos universitários quando nela exista curso superior em que sejam desenvolvidos os mesmos estudos. Nos concursos de habilitação não se fará qualquer distinção entre candidatos que tenham cursado esses colégios e os que provenham de outros estabelecimentos de ensino médio.”

ano, ampliaram-se as vagas para os cursos clássico e científico no noturno. Também foi criado o curso Normal, com duas turmas no primeiro ano. O curso Normal era regido pela legislação estadual, enquanto os cursos Ginásial e Colegial adotavam o regime federal.

Consideramos relevante investigar a história do Colégio de Aplicação, responsável pela formação de professores por meio de estágios curriculares, da proposição e/ou atuação em diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão junto aos alunos das licenciaturas. Reconhecendo a importância de se estudar os problemas atuais a partir de uma perspectiva histórica, propomos conhecer os desafios e as experiências vividas por essa escola no que diz respeito à Educação Matemática, de modo a buscar elementos que contribuam para a reflexão sobre o ensino de Matemática atual. De acordo com Galvão e Lopes (2010), a história nos ajuda a entender a realidade com paciência, pois a forma como os problemas foram considerados, anteriormente, pode auxiliar-nos nas condutas atuais.

Temos, então, como objetivo, construir uma história do ensino de Matemática do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Essa construção terá como base as narrativas de alunos, funcionários e professores que participaram da vida na escola no período de 1954 a 1968.

Para constituição dessas narrativas, faremos uso da metodologia da História Oral, que abordamos na próxima seção.

Aspectos teórico – metodológicos

De acordo com Garnica (2010), são muitas as potencialidades da História Oral para as pesquisas em História da Educação Matemática. As narrativas, que serão obtidas mediante entrevistas, constituem-se como o núcleo de nossa investigação. Buscando conhecer o contexto de desenvolvimento do colégio pesquisado, bem como da Matemática como disciplina escolar, usaremos ainda como fontes materiais didáticos, livros, registros de professores e de alunos, diários de classe e outros documentos.

A História Oral, como metodologia de pesquisa e de constituição de fontes, permitirá considerar as múltiplas perspectivas provenientes dos depoimentos de professores de Matemática, alunos e funcionários, delineando o cenário do ensino de Matemática do CA desde a sua criação, em 1954. Sendo assim, torna-se importante conhecermos os princípios que devem ser considerados para a realização de uma investigação que utiliza a História Oral como metodologia.

Afirmar “que um trabalho tem como metodologia a História Oral significa antes de qualquer coisa, que o trabalho cuida de constituir fontes das quais ele próprio – e outros – podem nutrir-se para focar determinados objetos de pesquisa” (Garnica, 2010, p. 291). Utilizar a História Oral como metodologia distingue a pesquisa de outros trabalhos que utilizam entrevistas, pois “fazendo História Oral, o pesquisador, intencionalmente, cria fontes históricas explicitando-as como fontes históricas” (Garnica, 2007, p.15) que poderão se tornar fontes para pesquisas historiográficas.

Utilizar a História Oral em uma operação historiográfica

(...) implica inaugurar essa operação com as fontes produzidas a partir da oralidade e, segundo as circunstâncias, incorporar paulatinamente fontes outras que possam apoiar a criação da narrativa. Não se trata de recorrer à oralidade apenas quando as fontes escritas são insuficientes, nem de teimar em restringir-se apenas às fontes orais quando há disponíveis inúmeras fontes de outra natureza (escritas, pictóricas, arquiteturas, etc). Trata-se de iniciar um processo a partir de uma perspectiva singular, a da narrativa de um sujeito situado, e ir aos poucos abrindo esse diálogo, incorporando escritos e informações outras, ampliando essa perspectiva não para checar a (ou chegar à) verdade do sujeito, mas para criar um enredo plausível no qual narrador e ouvinte se reconheçam: um enredo que narrador e pesquisador julguem significativo como parte do acervo de que dispõem para conhecer determinado aspecto do mundo (Garnica, 2015, p. 42).

Ao adotar a História Oral como metodologia de pesquisa, não desconsideramos outras fontes, pois “negar os arquivos escritos como recurso de pesquisa seria um equívoco tão alarmante quanto negar a importância da oralidade para entender a temporalidade e, nessa temporalidade, as circunstâncias humanas” (Garnica, 2004, p.90).

Para Alberti (2004), a História Oral é um método que possibilita ao pesquisador ter acesso a informações históricas obtidas por fontes testemunhais.

A investigação, quando utiliza a História Oral, propicia uma reconstrução da memória por meio de negociações entre entrevistador e entrevistado. A memória assume assim, uma posição central no trabalho investigativo, pois ela “é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentido de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade” (Alberti, 2006, p.167).

Fazer uso da História Oral pressupõe desenvolver uma série de procedimentos, mas não se reduz a eles. Primeiro, deve-se escolher os depoentes significativos para o tema a ser pesquisado. Posteriormente, realizam-se entrevistas com esses sujeitos a partir de um roteiro inicial, com abertura para valorizar as experiências relatadas por esses colaboradores. Em caderno de campo, registram-se, por exemplo, as impressões durante as entrevistas e gestos não captados em áudio.

Após as entrevistas, que devem ser gravadas, é necessário passar do registro oral para o escrito. Inicia-se, então, a transcrição, “que, embora reconhecidamente impossível, direciona-se para ser literal, descrevendo pausas, tons e emoções” (Souza, 2013, p. 266). A etapa seguinte de tratamento das entrevistas chama-se textualização,

um processo em que o pesquisador se lança sobre o depoimento (já no suporte de papel - o que facilitará sobremaneira esse trabalho) não mais de modo tão técnico como quando lançou-se à gravação (para a qual existem, inclusive, aparelhos projetados - chamados transcritores - e softwares específicos). Não há aparelhos que textualizem, pois essa é uma ação essencialmente humana de atribuição de significado (Garnica & Souza, 2012, p. 107).

É importante destacar que as textualizações devem ser validadas pelos

colaboradores da pesquisa, que podem alterá-las como desejarem. As textualizações "têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam" (Alberti, 2004, p. 19). Além disso, são "veículos para a expressão de subjetividades, recursos para a manifestação de memórias (passadas e presentes) e vetores para compreender a experiência vivida" (Garnica, 2014, p. 59).

Nas entrevistas, a conversa com os professores busca produzir elementos para analisar as práticas adotadas por eles, sua metodologia de trabalho, os recursos empregados e os materiais didáticos utilizados; destacar a formação acadêmica e profissional dos professores do Colégio de Aplicação e compreender possíveis reflexos dessa formação em sua atuação pedagógica; especificar e caracterizar os principais conteúdos e conceitos de Matemática que eram trabalhados no Ensino Secundário e, se possível, analisar materiais utilizados por eles e livros didáticos adotados; conhecer motivações pessoais, questões políticas e curriculares.

Buscando conhecer o contexto educacional da época, é imprescindível, ainda, analisar, nos documentos oficiais, as propostas educacionais voltadas para o Ensino Secundário e suas indicações para o ensino de Matemática no período considerado.

Ações realizadas e previstas

Nessa pesquisa requer conhecimento do que está em torno da criação e dos anos em que a escola investigada foi o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, oficialmente denominada Universidade Federal de Minas Gerais a partir de 1965.

Isso significa estudar o contexto educacional do Brasil e de Minas Gerais, bem como as legislações educacionais e propostas curriculares da época, de forma a compreender melhor o cenário em torno do ensino de Matemática na escola secundária naquele momento.

Temos nos dedicado à leitura desses materiais e à busca e organização de documentação escrita da escola, a exemplo de diários de classe, exames, provas, livros de atas, fichas de alunos, arquivos escolares, e documentos oficiais (legislações, regulamentos, normas e pareceres).

A respeito dos documentos escritos, compete ao historiador "investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão preciosos" (Bacellar, 2005, p. 43). Parte da documentação do colégio de Aplicação se encontra nos arquivos da Faculdade de Filosofia. O acervo está muito desorganizado e muitos documentos ainda não foram encontrados. Alguns documentos citados por Collares (1989) que anteriormente se localizavam nesse acervo até o momento não foram encontrados.

Em uma segunda etapa, iniciamos a pesquisa nos arquivos do Colégio de Aplicação, atualmente Centro Pedagógico. O arquivo ainda está em fase de organização, mas a parte referente ao período de referência de nosso trabalho já está realizada, o que facilita um pouco mais a investigação. Os materiais

encontrados foram escaneados e estão sendo analisados.

Embora não negligenciem os documentos oficiais, os arquivos da escola, e tantos outros registros, avaliamos que os depoimentos dos alunos, professores e funcionários serão fundamentais para delinear historicamente as práticas de ensino de Matemática do CA, por possibilitarem apreender as impressões sobre o projeto de criação do CA, o posicionamento dos professores de Matemática diante das mudanças nas tendências de ensino da época, a relação dos docentes com os conteúdos dessa disciplina, com os materiais didáticos adotados e a forma de escolha ou produção do material didático utilizado. É essencial, também, buscar analisar as relações entre os modos de atuação dos professores de Matemática e o perfil dos alunos, a direção da escola e seu vínculo com a formação de professores na Faculdade de Filosofia da Universidade.

Inicialmente, definimos um grupo de ex-alunos, funcionários e professores que testemunharam a criação do colégio, considerando suas experiências no ensino e a aprendizagem de Matemática.

Já realizamos entrevistas com a professora Aloys de Meira Carvalho, com os ex-alunos do colégio Paula Apgaua, Gilvan Cosenza, Rafael Rabelo e Camélia Elizabeth dos Santos. E estão previstas algumas entrevistas com Ana Maria Reis, Maria Cristina Rezende, Neuza Marques, Cristiano Machado Gontijo e Gilvania Cosenza, com os quais já fizemos contato.

Os referenciais teóricos e metodológicos serão ampliados e aprofundados a partir da revisão bibliográfica, dos estudos e das discussões com especialistas em História Oral e Educação Matemática e da participação em congressos e grupos de pesquisa da área. Consideramos importante ressaltar, portanto, que os pressupostos aqui apresentados se encontram inacabados e sujeitos a modificações ou recortes que contribuam para viabilizá-los e qualificá-los.

Considerações Finais

Nossa investigação se encontra em uma etapa intermediária, uma vez que reelaboramos nosso projeto inicial e essa versão foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Coep) da UFMG.

Temos avançado na organização e leitura da documentação e estamos realizando as entrevistas após a autorização do Coep.

Devido à relevância da instituição pesquisada na cidade de Belo Horizonte e à sua importância na UFMG, acreditamos que nosso trabalho poderá contribuir para a preservação da memória da universidade para gerações futuras e para o campo da História da Educação Matemática. Além disso, as fontes que serão constituídas a partir das entrevistas possibilitarão reflexões e avanços para o ensino de Matemática e a formação de professores.

Referências

Alberti, V. (2004). *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Alberti, V. (2006). Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Histórias*. São Paulo: Contexto.
- Bacellar, C. (2005). Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B.(org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- Collares, M. M. (1989). *Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: a trajetória de uma escola de ensino médio no contexto universitário*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Dallabrida, N. (2009). *A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Educação, Porto Alegre, 32(2), 185-191.
- Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. (1931). Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Retirado em 05 de julho de 2016, de: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>.
- Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. (1932). Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Retirado em 05 de julho de 2016, de: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>.
- Decreto nº 1190, de 4 de abril de 1939. (1939). Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Retirado em 05 de julho de 2016, de: <http://www.planalto.gov.br>.
- Decreto nº4244, de 9 de abril de 1942. (1842). Lei orgânica do ensino secundário. Retirado em 05 de julho de 2016, de: <http://www.planalto.gov.br>.
- Decreto nº 9053, de 12 de março de 1946. (1946). Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Retirado em 05 de julho de 2016, de: <http://www2.camara.leg.br>. Acessado em:
- Galvão, A. M. O.; Lopes, E. M. T (2010). Introdução. In. Galvão, A. M; Lopes, E. M. T. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo. Ática, p. 11-19.
- Garnica, A. V. M. (2004). História oral e educação matemática. In: Borba, M. C.; Araújo, J. L., Fiorentini, D., Garnica, A. V. M. & Bicudo, M. A. V. *Pesquisa qualitativa em educação matemática*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Garnica, A. V. M. (2007). *Manual de História Oral em Educação Matemática outros usos outros abusos*. Guarapuava: SBHMat, 16.
- Garnica, A. V. M.(2010). Outras Inquisições: apontamentos sobre História Oral e História da Educação Matemática. *Zetetiké*. 18(34).
- Garnica, A. V. M.; Souza, Luzia A. de. (2012). *Elementos de História da Educação Matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Garnica, A. V. M. (2014). Cartografias contemporâneas: mapear a formação de professores de Matemática. In: Garnica, A. V. M. *Cartografias contemporâneas*:

Mapeando a formação de professores de Matemática no Brasil. Curitiba: Appris, 39-66.

Garnica, A. V. M. (2015). *História Oral em Educação Matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa*. História Oral, Rio de Janeiro, 18, 35-53.

Miorim, M. A. (1998). *Introdução à História da Educação Matemática*. São Paulo: Atual.

Romanelli, O. de O. (1999). *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 23.

Souza, L. A. (2013) *Narrativas na investigação em história da educação matemática*. In: *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 18, nº 3.

Souza, J. V. A. de. (2016). Licenciaturas da UFMG no período de 1968-1996. In: Filho, L. M. de F, Souza, J. V. A. de & Fonseca, N. M. L. (org). *Formação Docente na UFMG: história e memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Valente, W. R. (2003). *O nascimento da Matemática do ginásio*. Rio Claro: Editora da SBHMat.

Valente, W. R. (2004). *Euclides Roxo e a modernização do ensino da matemática no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.